

**Desobediência linguística:
por uma epistemologia liminar que rasure a normatividade da língua portuguesa**
**Linguistic Disobedience:
towards a liminal epistemology that shaves the Portuguese language normativity**

Tânia Ferreira Rezende¹

Daniel Marra da Silva²

Resumo: Num quadro teórico em que a linguagem é entendida como conhecimento e como ação política, a normatividade linguística é considerada parte da tradição cultural reguladora da sociedade. Nesta discussão, as questões que nos inquietam são <Quais as razões que levam à e que mantêm a obediência epistêmica e linguística?> e <Como promover rachaduras na normatividade linguística, sustentada em normas socioculturais, de base ideológica?> A discussão que ora se desenvolve, motivada por essa problematização, tem como objetivo mostrar que a linguagem (incluindo a língua como sistema), concebida como ação política, pode tanto ser verificadora quanto geradora de democracia. Para sustentar a problematização e evidenciar a discussão dessas questões e para mostrar como as *epistemologias liminares* podem promover manchas e rachaduras na *rígida normatividade* da língua portuguesa e, ao mesmo tempo, como a *obediência social* enfrenta e resiste essas investidas, decidimos abordar a “ideologia de gênero” e, para tanto, selecionamos um problema sociolinguístico: *a relação entre as manifestações social e linguística de gênero/sexualidade*, refletida na expressão gramatical de gênero pelo uso de ‘@’ na escrita. O objetivo da discussão é refletir sobre a ação política das práticas sociolinguísticas como *geradora* e como *verificadora* dos princípios democráticos.

Palavras-chave: Ideologia de gênero; Normatividade; Democracia; Desobediência linguística; Tensões Epistemológicas.

Abstract: In a theoretical framework in which language is understood as knowledge and as political action, linguistic normativity is considered as part of the society’s cultural regulatory tradition. In this discussion, we are concerned about the following questions <What are the reasons that lead to and maintain epistemic and linguistic obedience?> and <How do we promote cracks in linguistic normativity, based on sociocultural norms, of ideological basis?> Inspired by this problematization, the present discussion aims to show that language (including language as a system), conceived as political action, can be both a verifier and a generator of democracy. To support the problematization and to highlight the discussion of these questions, and to show how the *liminal epistemologies* can promote stains and cracks in the *rigid normativity* of the Portuguese language, and at the same time, to show how *social obedience* faces and resists these investitures, we have decided to address “gender ideology” and, for that, we have selected a sociolinguistic problem: *the relationship between social and linguistic manifestations of gender/sexuality*, reflected in the grammatical expression of gender through the use of ‘@’ in writing. The aim of the discussion is to reflect on the political action of sociolinguistic practices as a *generator* and as a *verifier* of democratic principles.

¹ Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora Associada da Universidade Federal de Goiás, lotada no Departamento de Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Letras; líder do Obiah Grupo T. de Estudos I. da Linguagem. taniaferreirarezende@gmail.com.

² Doutor em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás. Professor do Instituto Federal do Tocantins e do PPGLetras da Universidade Federal do Tocantins; *Visiting Research Fellow* - *The University of Sydney*. danielmarra@ift.edu.br

Keywords: Gender ideology. Normativity. Democracy. Linguistic disobedience. Epistemological tensions.

Recebido em 15 de janeiro de 2018.

Aprovado em 10 de março de 2018.

Introdução

A noção de *desobediência* está contida em e implica a noção de obediência, além de evocar o enfrentamento a normas, regras e leis. Trata-se de uma construção conceitual no bojo de um quadro sócio-político conflituoso: a construção de uma teoria sociolinguística, ancorada nos Direitos Humanos e no enfrentamento a um Estado de direitos *regulatório*.

As noções de sociedade, de norma, de regra e de lei, nesse quadro teórico-epistemológico e sócio-político, estão em processo de tensionamento, devido à própria reconfiguração da sociedade (dadas as reconfigurações do mundo depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), da queda do muro de Berlim, em 1989, com o fim da Guerra Fria, em 1991, e com a globalização), possibilitado pelas conquistas sociais engendradas pelas convenções pós Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. Encontram-se em tensionamento, também, a noção e o processo de democracia.

Nesta discussão, democracia não significa harmonia nem ausência de conflitos. Tendo em vista que o bem maior do ser humano é a vida, todo ser humano, seja qual for sua origem social, étnica e cultural, tem igualmente direito à existência. Considerando-se os seres humanos em sua pluralidade, as pessoas diferentes existem e têm direito à existência, ainda que isso implique conflitos. A democracia, portanto, somente pode se efetivar sobre sólidas bases ancoradas nos direitos humanos plurais, cujos pilares são a *liberdade*, a *igualdade* e a *solidariedade*. Portanto, democracia é a convivência de pessoas diferentes, mesmo que em conflito.

Apesar dos avanços no campo dos direitos humanos, desde 1948, uma grande parcela de seres humanos vive ainda à margem da sociedade, em condições miseráveis de vida e sem nenhuma dignidade, situada num verdadeiro “umbral da sobrevivência” (MEJÍA, 2014, 34). Para tirar essa parcela de seres humanos subumanizados desse “umbral da sobrevivência”, para que possam ir além e alcançar uma efetiva participação nas possibilidades de vida, que condicione a intervenção política, que incida

diretamente sobre o exercício dos direitos políticos dos grupos subalternizados, um Estado democrático deve garantir a toda pessoa o direito: (a) a existir (direito humano fundamental: direito à vida e à existência); (b) a falar e a ser escutada (direito à voz); (c) a participar politicamente, para além do sufrágio universal, pois este direito já foi conquistado, mesmo que não seja ainda, efetivamente, universal.

Com a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil entrou em processo de “redemocratização”, depois de 20 anos de regime militar de governo, e passou a ser signatário da maior parte das convenções e dos pactos internacionais em defesa do planeta e dos Direitos Humanos, das populações minorizadas e dos grupos em riscos sociais. Desde então, muitas políticas e ações têm sido implementadas para promover a justiça social no país.

A linguagem (língua, idioma, performances corporais, grafismos, canções etc., e as práticas sociolinguísticas diversas) é uma forma de ação e de participação política para a promoção de justiça social. A implementação dos direitos linguísticos (OLIVEIRA, 2003), visando à democratização das práticas sociolinguísticas, como uma das políticas de consolidação dos Direitos Humanos, é uma *ação política*, nos termos de Mejía (2014).

A linguagem é entendida como um modo de ser e de estar no mundo, e como a significação e a avaliação do modo como as pessoas são e estão no mundo. Assim, os usos da linguagem, as práticas sociolinguísticas das diferentes pessoas, são identificados com seus modos de existência e passam a produzir avaliações sobre suas existências. As práticas sociolinguísticas identificadoras dos seres passam a ser parâmetros de avaliação desses seres e credenciais de valoração de suas práticas sociais em geral. Apoiando-nos em Boaventura de Sousa Santos (2006), defendemos que a linguagem, sendo um modo de construir ausências, é também um modo de construir presença, ou seja, a linguagem é um modo de construir a existência do/para o que está inexistente. Por isso, a linguagem é ação política para a construção da democracia.

Considerando, portanto, a situação de enunciação construída até aqui, perguntamos:

1. por que falar em *desobediência* (civil, política, epistêmica, linguística), em um país democrático?

2. por que as pessoas obedecem (e defendem) a *normas consensuais* que “aprovam a injustiça e a iniquidade”?

Para desenvolver a problematização proposta e mostrar como as *epistemologias liminares* podem promover manchas e rachaduras na *rígida normatividade* da língua portuguesa e, ao mesmo tempo, como a *obediência social* enfrenta e resiste essas investidas, escolhemos abordar a “ideologia de gênero”, por meio de um problema sociolinguístico³: *a relação entre as manifestações social e linguística de gênero/sexualidade*, refletida no uso do ‘@’ (e outros similares), como insurgente expressão gramatical do gênero social na escrita. O objetivo da discussão é refletir sobre a ação política das práticas sociolinguísticas, ao mesmo tempo, como *geradora* e como *verificadora* dos princípios democráticos.

1 Opções teóricas

A racionalidade eurocêntrica ordena o mundo a partir de classificações binárias, que contêm hierarquias naturalizadas: homem/mulher, branco/negro, rico/pobre, cultura/natureza, científico/literário, conhecimento/tradição, capital/trabalho, ensino/aprendizagem etc. Na Linguística descritiva, pares mínimos “imperfeitos”, como: nobre/pobre, barão/varão, dentre outros, são reveladores de hierarquias históricas, camufladas pela forma da língua, porque língua é *forma*, não é *substância*, exatamente para camuflar as ideologias.

Além da dicotomização hierarquizante do mundo, a racionalidade eurocêntrica, em nome da objetividade, da neutralidade e do rigor, apregoa uma ciência descorporificada e descomprometida, alinhada com as oposições corpo/mente, homem/natureza, sistematizadas pelo *cogito, ego sum*, de Descartes. Esse raciocínio invalida o estudo de determinados sujeitos, os racializados, situados nas regiões também racializadas (MIGNOLO, 2009). Por isso, pelo critério da imparcialidade, o *homem* é mais credenciado para falar sobre mulher; a pessoa *branca* é menos afetada ao falar sobre negritude e a pessoa *heterossexual* é mais gabaritada para discutir sobre sexualidade. Dessa forma, mantém-se a perspectiva hegemônica, que não é neutra, mas é assim considerada, porque é legitimada e naturalizada como objetiva e imparcial, dado

³ Um problema sociolinguístico é um problema de demanda tanto social quanto linguística. A questão de gênero correlaciona o social e o linguístico, sobretudo na escrita.

que o corpo masculino, branco, hetero corresponde ao padrão normativo de descorporificação. Nossa proposta não é ignorar ou negar as dicotomias, uma vez que elas organizam o mundo e nossa visão sobre o mundo. Propomos desnaturalizar as dicotomias para pensar sobre visões alternativas, que possibilitem, mesmo em um mundo organizado por relações binárias, não ser visto de forma binária e hierarquizada.

É urgente o enfrentamento da premissa que concebe os corpos marcados pela *diferença colonial* e afetados pela *ferida colonial* somente como *objeto de estudo*, cedendo-se às práticas de pilhagem de saberes, estimuladas e autorizadas pelas universidades e agências de fomentos, sem nunca poderem ser protagonistas e autores/as dos *seus* conhecimentos. Assim, as teorias são fortalecidas, a retórica científica avança, e as pessoas (“informantes” e “coletores/as”) continuam “conservadas”, cada uma em seu respectivo lugar de pertencimento social e acadêmico.

É importante que as dicotomias hierarquizantes, as oposições inferiorizantes, a descorporificação e a suposta imparcialidade (não comprometimento político) sejam reveladas, problematizadas e discutidas para serem desnaturalizadas e desmitificadas. Por isso, neste artigo, fazemos a *opção decolonial*, trazendo para o debate, ainda que parcial e minimamente, o *corpo-político*, com a *ferida colonial* (MIGNOLO, 2003; 2009) e as sequelas da cultura e dos valores patriarcais *euro-cristãos, branco-falocêntricos*.

Nosso lugar de existência é marcado: o da *mulher afro-indígena* (com consciência conflituosa da *tripla subjetividade*), situada na periferia do centro Brasil, portanto, um corpo-político com as feridas coloniais do *feminino, não branco, periférico*, em uma *mulher – hetero-cis-gênero*; e o do homem pardo (com consciência conflituosa da sua *dupla subjetividade*), situado na periferia do norte do Brasil, um corpo-político marcado pelo *masculino, não branco, periférico*, em um *homem – hetero-cis-gênero*, ela e ele situada/o na borda geossocial brasileira, mas não (mais) subalternizada/o, e, neste momento, falam do lugar de linguistas, doutora e doutor, professora e professor de instituições federais de ensino superior, com atuação sócio-política em defesa de grupos subalternizados e em defesa do reconhecimento de normas subalternizadas do português brasileiro. Trata-se de zonas interseccionadas de opressões e de conforto, de exclusão e de privilégio, de destituição e de garantia de voz e de lugar. Esses lugares e essas marcas, em intersecção e em ebulição, atuam sobre a interpretação

do problema tratado e sobre a construção dos sentidos aqui expostos. Em resumo, o problema é abordado por especialistas em linguagem, que consideram o corpo como parte da enunciação, da perspectiva da *diferença colonial*, mas sem a *vivência da ferida colonial* aqui tematizada: a corporeidade LGBTI inscrita e escrita na e pela língua.

O quadro teórico escolhido para sustentar a problematização proposta, nos termos adotados, neste artigo, é construído a partir das palavras-chave ‘normatividade’, ‘democracia’, ‘desobediência linguística’, ‘ideologia de gênero’ e ‘tensões epistemológicas’. As escolhas teóricas e metodológicas e os conceitos selecionados para a elaboração dos argumentos não são aquelas/es consideradas/os melhores ou mais adequadas/os que outras/os. Elas/Eles têm o intuito apenas de tentar “mudar os termos da conversa” (MIGNOLO, 2009) e refletem as preferências de quem escreve o trabalho, e não há dúvidas de que “essa preferência só se pode fundar meta-epistemologicamente, ou seja, por considerações culturais, políticas ou éticas” (SANTOS, 2006, 129). As escolhas feitas, nesta discussão, portanto, pretendem ser coerentes, se possível, com o tema em discussão⁴, com os objetivos, com a responsabilidade social do campo de pesquisa, mas, principalmente, com o compromisso ético com a causa política assumida.

1.1 O corpo-político subalternizado pela normatividade moderna/colonial

A modernidade/colonial inventou a América sustentada na classificação binária do mundo e nas ideologias de *raça*, *gênero* e *classe* (QUIJANO, 2010), criando a periferia do centro do sistema-mundo (WALLERSTEIN, 1974) dominado pela Europa. Depois da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos da América passaram a integrar o centro do sistema-mundo, e inventou-se o “ocidente”. O domínio ocidental do mundo, liderado pelos EUA, principalmente depois da Guerra Fria, substituiu os princípios e os valores vinculados à colonização/civilização (visto que o EUA é uma ex-colônia) pela ideologia do desenvolvimento, ainda subsidiado pelas línguas e conhecimentos imperialistas (MIGNOLO, 2003; 2007; 2009). Em resumo, a geopolítica de poder mundial é também a geopolítica do conhecimento e da linguagem.

As normas do centro de poder do sistema-mundo são impostas como corretas e como o padrão a ser seguido pelo restante do mundo. Os traços fenotípicos do homem e

⁴ Consideremos que *tematizar* o problema é diferente de *vivenciar* o problema, conforme problematizado no parágrafo precedente.

da mulher desse centro de poder, considerados modelares, são difundidos como o padrão de beleza para o mundo; as categorias racionais eurocêntricas de pensamento, de conhecimento e das línguas imperiais são os modelos paradigmáticos para ser seguidos, mais fortemente, a partir do Iluminismo; da mesma forma, as normas de conduta moral e social eurocêntricas, fundadas no patriarcalismo cristão, são as normas corretas a serem seguidas. Nessa visão de mundo e concepção de conhecimento, o corpo é subjugado pela mente, e tudo o que o centro de poder não reconhece ou legitima como parte do padrão é tido como inexistente (SANTOS, 2006), inferior ou indigno (primitivo, ignorante, inculto, incorreto, inválido, deficiente, especiais).

As raças, grupos e corpos, consideradas/os inferiores, às margens do centro geopolítico, devem ser “salvas/os” ou “curadas/os” pela “civilização”, por meio do conhecimento da “palavra divina” e das “letras”, a razão europeia. No interior dessas margens, existem o seu centro e as suas margens internas. Estar à margem de um centro geográfico ou do centro de poder não significa, necessariamente, estar na subalternidade. De acordo com Mignolo (2003) e Spivak (2010), pessoas subalternizadas são aquelas pertencentes às margens do centro do geopoder mundial e, mesmo nas periferias, são as pertencentes às camadas marginalizadas e excluídas dos meios de acesso aos direitos, bens e serviços básicos, as pessoas excluídas do mercado de trabalho ou relegadas aos subempregos e às baixas remunerações; são aquelas impedidas de participar das representações políticas e das esferas de tomadas de decisão. São as pessoas não representadas ou subrepresentadas.

Em um universo de povos de culturas orais, como a América Latina, os conhecimentos legítimos foram, na colonização, definidos como aqueles documentados nas “línguas de cultura”, por meio da “escrita alfabética”, sob a ideologia da “pureza” e da “correção” linguísticas. O projeto moderno/colonial de nação e de sociedade passa pela homogeneidade e pela pureza linguística, cultural e epistêmica, construídas pela escola. Assim, somam-se à pureza de raça e de corpos e à imposição de gênero e de classe, que estabelecem como padrão de dominação o masculino, branco e rico, com capital cultural vinculado à escrita alfabética e à escolarização. O corpo subalternizado, na América Latina, é *racializado*, *sexualizado*, e, conseqüentemente, *empobrecido*. A esse corpo subalternizado são negados os capitais culturais exigidos para o exercício da plena cidadania garantida a todos os demais corpos. É uma trama muito bem tecida para

manter a pessoa subalternizada na subalternidade e cobrar dela, pelo *mérito* (que não se restringe ao conhecimento escolar), seu deslocamento individual da subalternidade. Trata-se da colonialidade do ser para a manutenção da colonialidade do poder.

1.2 A opção decolonial

A opção decolonial é o enfrentamento do conhecimento racional eurocêntrico como única forma legitimada e autorizada de construir conhecimento. Diferentemente do “penso, logo existo”, de Descartes, na *decolonialidade epistêmica*, assume-se que corpos engendrados na matriz colonial de poder e marcados patriarcal e racialmente, em espaços geo-históricos marcados, percebem e aproveitam a oportunidade de se manifestar (MIGNOLO, 2009; FANON, [1952] 2008).

Todo conhecimento – tanto o racional eurocêntrico hegemônico quanto os demais, subalternizados pela modernidade – é marcado pelo corpo e pelo espaço de sua construção, embora a colonialidade epistêmica defenda e exija a cisão entre sujeito e objeto do conhecimento como garantia de neutralidade científica. Assim como os corpos, os espaços também são racializados, além de sofrerem as pressões da força do sistema patriarcal. O *corpo-político* e o *espaço geo-histórico* (MIGNOLO, 2007; 2009) de construção do conhecimento racional ilustrado são marcados e imprimem suas marcas no conhecimento construído. Equivale a dizer que os corpos e os espaços fazem parte do conhecimento. Em resumo, muito mais do que o enunciado, como produto, considera-se, nesta perspectiva, a enunciação, da qual faz parte o *corpo ferido* pela intervenção *colonial*.

Assumimos, nesta discussão, que não existe neutralidade na língua nem na ciência; não há neutralidade de conhecimento nem de discurso científico ou acadêmico. Como em qualquer outro trabalho, este é um trabalho afetado politicamente e pelo lugar de existência de sua produção, pois defende-se, neste trabalho, uma causa social e política e não uma teoria. Apesar disso, nenhuma das obras citadas é tomada como um texto sagrado e os/as autores/as não são tomados/as como inquestionáveis. Estamos em diálogo e diálogo é instauração de conflito de interpretação, é compartilhamento de percepções.

Como ponto de partida, retomamos, mais uma vez, a produção da não-existência de Boaventura de Sousa Santos, para quem a monocultura do saber

[é] o modo de produção de não existência mais poderoso. Consiste na transformação da ciência moderna e da alta cultura em critérios únicos de verdade e de qualidade estética, respectivamente. A cumplicidade que une as <<duas culturas>> reside no facto de ambas se arrogarem ser, cada uma, no seu tempo, cânones exclusivos de produção de conhecimento ou de criação artística. Tudo o que o cânone não legitima ou reconhece é declarado inexistente. A não-existência assume aqui a forma de ignorância ou de incultura. (SANTOS, 2006, p. 96, <<destaque no original>>)

Com base no pressuposto da construção da não-existência, o enfrentamento do padrão linguístico escrito da língua de cultura é parte da *opção decolonial*, e tem o propósito de produzir, politicamente, a existência dos corpos “inexistentes”.

O padrão escrito utilizado pela minoria social culta é definido como “o padrão linguístico” correto a ser seguido por todo mundo. Com base nesse padrão, criou-se uma tradição linguística (forçosamente, tomada como norma), que se converteu em capital simbólico, cujo prestígio e poder, equivocadamente atribuído à língua, tem sua origem nas relações de poder (HANKS, 2008) entre opressores e oprimidos.

No “mundo moderno, a razão e o saber pressupunham a pureza e a gramática de uma língua, e, sem mencionar o fato, a epistemologia se entrelaçou com as ideologias nacionais” (MIGNOLO, 2003, p. 341). Essas ideologias ainda subsistem. Por isso, para Mignolo (2003, p. 239), negar que escrevemos, falamos, pensamos e sentimos como povos, cuja consciência foi formada nas tramas (e nas lamas) do patriarcado colonial, ocidental, euro-cristão, seria como negar nossa história e nossa própria subjetividade. O desafio, na América Latina, é garantir o direito de existir dessa consciência, como um “pensamento liminar” (Mignolo, 2003) subalternizado pela força do patriarcado heteronormativista, e enfrentar suas regras, a partir da insurgência de regras e práticas de linguagens “outras”, mais democráticas, que promovam a reexistência de corpos e a resistência política de vidas insurgentes.

1.3 Democracia e (des)obediência

A partir da *opção decolonial* e do enfrentamento das categorias linguísticas e das metalinguagens inventadas pela modernidade colonial, e da insurgência de categorias e metalinguagens, as noções de “democracia” e de “(des)obediência” são introduzidas na sociolinguística, como *lócus* de enunciação, mais que como conceito e categoria de análise.

A noção de “desobediência” implica a noção de obediência e diz respeito ao enfrentamento a normas, regras e leis. Trata-se de uma construção conceitual no bojo de um quadro sócio-político conflituoso: a construção de uma teoria sociolinguística na construção de um Estado de direitos regulatórios, fundado sob os Direitos Humanos.

Para Rancière (1998, p. 54), “política não é feita de relações de poder, é feita de relações de mundos”. Por isso, para esta discussão, mais importante que entender as relações de poder na sociedade, é urgente perceber a colonialidade do poder (QUIJANO, 2005; 2007) para a “domesticação dos mundos” e, assim, a dominação das relações entre os mundos. Pensar, portanto, a democracia como igualdade e igualdade como democracia, é uma ilusão fatal, porque é conceber a democracia como consenso. Significa parar no remanso ideológico do patriarcado euro-cristão, que prega a harmonia e a humildade como estratégias de docilização dos corpos e contenção das atitudes. É o mesmo que o “ofereça a outra face”, sem erguer a cabeça nem levantar a voz; lute, seja engajado/a, mas não seja radical! Ocorre que isso se aplica a alguns grupos, não a todos. O “erro”, o “desvio”, a rebeldia ou o radicalismo, que são expressões do pecado, para alguns grupos, devem ser, e são, corrigidos⁵. A igualdade é o encobrimento da diferença pela padronização, porque o consenso é a soberania da vontade dos mais poderosos e “a tolerância é a caridade intelectual do poderoso” (RAMADAN, 2011, p. 39)⁶.

Democracia, nesta discussão, não significa ausência de conflitos. Significa a inclusão dos/as *não-considerados/as* (RANCIÈRE, 1998), a *copresença* entre corpos existentes e não-existentes, estes como alternativas aos demais (SANTOS, 2006). Se o bem maior do ser humano é a vida, todo ser humano, seja quem for e seja qual for sua origem social, étnica e cultural, independente de gênero/sexualidade, tem, igualmente, direito à vida e à existência. Considerando-se os seres humanos em sua pluralidade, as diferenças e os seres diferentes existem e têm direito à coexistência, ainda que isso implique conflitos, e isso sempre implica conflitos. A democracia, portanto, somente

⁵ Há casos extremos de assassinatos bárbaros, porque “o preço do pecado é a morte”. Segundo dados do Atlas da Violência no Brasil do Ipea (CERQUEIRA, *et al.*, 2017), de cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras, as pessoas negras, portanto, têm 23,5% mais risco de serem assassinadas que as demais; destaca-se o assassinato de mulheres negras: “65,3% das mulheres assassinadas no Brasil no último ano eram negras, na evidência de que a combinação entre desigualdade de gênero e racismo é extremamente perversa e configura variável fundamental para compreendermos a violência letal contra a mulher no país” (CERQUEIRA, *et al.*, 2017, p. 39). Não há informações sobre a violência contra homossexuais. Essas taxas (e a não taxa) mostram quem tem e quem não tem direito à existência no Brasil. Documento disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2018.

⁶ “Tolerance is the intellectual charity of the powerful” (RAMADAN, 2011, p. 39, tradução minha).

pode se efetivar sobre sólidas bases ancoradas nos direitos humanos, cujos pilares são a *liberdade*, a *igualdade* e a *solidariedade*, considerando convivência com os conflitos gerados pelo direito à existência e pela efetiva existência entre os diferentes corpos.

Entretanto, para a convivência com a diversidade e com a pluralidade de práticas sociolinguísticas, é fundamental entender que democracia não é consenso, é divisão, e que

[e]xiste uma tendência a identificar o consenso como a característica essencial da democracia. Mas, se é certo que a democracia se deve à justiça social, se tem com esta uma obrigação primeira e é, às vezes, permitida por ela, então, a Constituição democrática terá sempre que desafiar um consenso que aprove a injustiça e a inequidade, seja porque essas condições se deem devido à falta de recursos constitucionais, seja por omissão e passividade, seja por práticas diárias, nas quais a desigualdade social se marca, se pronuncia e se prolonga. Assim, os princípios de justiça teriam de libertar-se de um vínculo necessário com o consenso. (MEJÍA, 2014, 37)

Divisão aqui não é representatividade político-partidária, dividida em partidos/legendas políticos/as. Trata-se da partilha, entre os grupos da sociedade, do direito de participar dos parlamentos, das esferas políticas e administrativas e, principalmente, do direito inquestionável de todas as pessoas de existir, de estar no mundo, de ir e vir, de participar e de agir social, cultural e politicamente; trata-se, enfim, e é isso que interessa aqui, do direito que todas as pessoas têm de falar e de ser escutadas, em suas línguas ou práticas sociolinguísticas e em suas formas de dizer.

A *ação política*, por sua vez, é entendida como “verificadora” e como “geradora” dos princípios democráticos. Para Andrea Mejía (2014, pp. 39-40),

há ação política quando tanto as propostas legislativas como as ações governamentais se veem interceptadas por movimentos sociais, às vezes, espontâneos, às vezes, fruto do trabalho e da paciência daqueles que não ocupam, em princípio, cargos de poder. A ação política se apresenta em um espaço no qual convergem os que habitualmente detêm o poder político e legislativo com aqueles que não participam da vida pública, a partir de uma posição de poder. A ação política não se mede, portanto, somente em termos de participação institucionalmente regulada, e não pode ficar delimitada por um marco jurídico definitivo.

Nesse sentido, a linguagem, inclusive a língua como sistema, é ação política e é também geradora e verificadora dos princípios democráticos.

Em uma democracia, portanto, em uma época de liberdade, em um Estado de direitos, ainda que em construção,

- 1) por que falar em *desobediência* (civil, política, epistêmica, linguística)?
- 2) por que há obediência (e até defesa de) a *normas consensuais* que “aprovam a injustiça e a iniquidade”?

Em um sistema, regido por normas e valores, espera-se que as normas e os valores sejam seguidos. Por isso, não é tão estranho falar em desobediência, mesmo em uma sociedade democrática livre. Entretanto, quando as normas e os valores do sistema são injustos e ferem os princípios humanos de igualdade, tornando-se iníquas/os, as desobediências passam a ser vistas como tensões e como ações políticas em busca de justiça. Ocorre que, mesmo nos casos de desobediência como busca por justiça, muitas pessoas resistem em desobedecer às normas e aos valores injustos, passando, assim, a serem cúmplices das iniquidades, por isso, há as tensões e os conflitos.

Carlos Pereda (2014, pp. 18-20) aponta algumas razões, que levam à obediência a regras, cuja desobediência concorre para a construção da democracia e da justiça social. Para ele, nesses casos, em que a obediência é cúmplice da injustiça, as pessoas obedecem

- a) por *medo* – refere-se ao temor que as pessoas têm das sanções coercitivas das instituições;
- b) por *socialização* – trata-se do processo de conversão do animal homem em cidadão, por uma questão de integração;
- c) pelo *acordo democrático básico* – relativo à defesa da liberdade e da própria democracia, por algo que se acredita que vale a pena defender;
- d) por *prudência* – concernente à relação custo e benefício, em que vencem a cautela, o bom senso, e a expectativa de retorno material, de preferência, financeiro.

Para desenvolver a problematização proposta, com base nas práticas sociais e políticas brasileiras, e para mostrar como as epistemologias liminares podem promover manchas e rachaduras na *rígida normatividade* da língua portuguesa e, ao mesmo tempo, como a *obediência social* enfrenta e resiste essas investidas, é abordada a ideologia moderno/colonial de gênero, por meio da relação entre *a manifestação social e linguística de gênero/sexualidade, em sua expressão escrita*. O objetivo da discussão

é refletir sobre a *ação política* das práticas linguísticas como *geradora e verificadora* dos princípios democráticos.

1.3 Desobediência epistêmica e linguística

Parafraseando Boaventura de Sousa Santos (2010), defendemos que não há justiça social global sem justiça sociolinguística global. Sem poder dizer, por suas palavras, o seu dizer, as pessoas sem parcela e sem direito se calam. Dado que somente pessoas interessadas lutarão pela transformação da ordem do dizer para que todas elas tenham garantido e efetivado seu direito de dizer (RANCIÈRE, 1998), para a garantia do direito de fala, é fundamental mudar a ordem do dizer, ou os termos da conversa, conforme Mignolo (2009), pela ação política da desobediência linguística, que pressupõe e promove a desobediência epistêmica.

A ação política se faz por atos de desobediência, sejam civis, sociais, epistêmicas ou outras. As convenções, normas, regras e leis, que não atendam às demandas reais da sociedade, promovem rasuras em seus textos, que levam a ações de transformação desses textos por parte da sociedade. Essas ações são entendidas, muitas vezes, como desobediências. Mas, em geral, elas são apenas ajustes nas normatizações e, mais raramente, nas normalizações⁷, quando as partes interessadas percebem que “reformatar não é transformar” (MIGNOLO, 2009). Por isso,

a ação política que surge com determinadas exigências sociais deve poder alcançar e apelar continuamente à esfera legislativa [do Estado] que em nenhum momento deve esquecer que seu objetivo é a incidência direta na vida de pessoas concretas e que seu dever é permanecer à escuta dessa realidade. (MEJÍA, 2014, p. 41)

A realidade não é um organismo com vida e vontade próprias, é formada por agrupamento de pessoas com interesses coletivos. Os interesses daqueles que se julgam com mais poder tendem a se sobrepor aos demais. Os demais podem se sentir em prejuízo e requerer a reparação. Nesse ponto, se impõe o “conflito” e entra em questão a *política*, representada pelo Estado (RANCIÈRE, 1998) ou outras organizações, para escutar as partes. Escutar a realidade, portanto, é escutar as pessoas que demandam na realidade; as pessoas que não aceitam a ordem única do dizer, na oralidade ou na

⁷ Entende-se por ‘normatização’ o processo de construção e deliberação das ‘normas’ (de normas, regras), e por ‘normalização’ o processo de naturalização das normas, o tornar as normas normais (de normal, natural); por esse processo, as normas deixam de ser vistas como convenções, criações e passam a ser vistas como naturais.

escrita. O “conflito” (RANCIÈRE, 1998) se instaura com a não aceitação da forma única de dizer (falar ou escrever) o corpo na/pela língua.

2 Enunciação e discussão do problema

A organização do sistema-mundo, tal como discutido em (1), com base em Wallerstein (1974) e em Quijano (2005; 2007), conforme exposto na introdução, exige o controle dos corpos – hierarquia, normatização da aparência, distribuição social e ocupação de lugares (postos de trabalho, cargos no trabalho etc.) –, definindo o valor dos corpos, com base na cor/raça, no gênero/sexualidade, na classe social e na localização geopolítica. Para Santos (2006, p. 96), “a lógica da classificação social, que se assenta na monocultura da naturalização da diferença, consiste na distribuição da população por categorias que naturalizam hierarquias”. Existe uma gramática que categoriza e enuncia essas hierarquias sem revelar os seus critérios.

A linguagem indica lugares e expressa um modo de ser e de estar no mundo e constrói significações desse modo de ser e estar no mundo das e pelas pessoas. As diversas práticas sociolinguísticas dos diferentes grupos são identificadas com seus modos de existência e passam a identificar os grupos e seus integrantes e a produzir avaliações tanto sobre o grupo quanto sobre as pessoas individualmente. Ou seja, as práticas sociolinguísticas identificadoras de grupos e indivíduos passam a ser referenciais de avaliação e credenciais de circulação dos corpos e das vozes das pessoas por espaços sociais.

A língua – sua estrutura gramatical e seu léxico, seus recursos de combinação e de construção/percepção de sentidos – não é machista nem feminista, nem racista nem homofóbica, embora construa efeitos de sentido que o são. A língua reflete as regras socioculturais da sociedade e constroem, fixam e sustentam valores e ideologias. Os recursos estão disponíveis, as opções que fazemos são reguladas pelas normas da sociedade e da cultura que herdamos. A língua portuguesa é normatizada por regras culturais de orientação patriarcal euro-cristã, não há dúvidas. Por isso, a gramática da língua portuguesa é uma gramática de categorias binárias, hierarquizantes, faloheteronormativas, euro-ouvintistas, branco e grafo-centradas. O grupo social que criou, legitimou e ainda legitima a gramática normativa da língua portuguesa defende esses valores.

Apesar de todos os centramentos ideológicos da gramática e do padrão normativo de uso da língua portuguesa, há recursos estruturais e opções diferentes oferecidas pela língua, para além do padrão normativo único que a sustenta. Nossa desatenção às opções menos usuais no cotidiano ou não contempladas pela escola deve-se à rigidez da normatização social herdada à colonização.

O núcleo temático desta discussão é a ideologia moderna/colonial de gênero legitimada pela gramática normativa da língua portuguesa, há séculos, ou seja, o “falso genérico”, que é o uso do masculino para expressar “neutralidade” ou “forma genérica”. Trata-se da manifestação linguística da cultura patriarcal euro-cristã como *norma* – entenda-se *única forma aceita como correta* – em um território plural, em que uma grande parcela da população não é cristã e não fala, original ou unicamente, línguas de base românica, línguas derivadas do latim, a língua de difusão do Cristianismo.

Na bíblia (a *lei* da criação do mundo), por meio do verbo divino, o mundo, depois de criado do nada (*caos, nihil*), começou a ser habitado com a criação do ‘homem’. Em seguida, Deus criou a mulher, derivando-a do homem (de sua costela).

Nas línguas clássicas, referência para as línguas vernáculas, todos os seres são classificados em *masculino* ou *feminino*, e os não seres são enquadrados no gênero *neutro*. No latim, a língua-mãe do português, em geral, a forma do masculino, se assemelha à forma do masculino, que é a expressão de “genericidade”. As línguas vernáculas, em sua formação, em contexto de contatos entre povos muito diversos (com conflito e violência) perderam o neutro⁸. Com a perda do neutro e por não distinguirem ou por terem diferentes regras de distribuição dos corpos e dos objetos pelas categorias de masculino e feminino, os povos distribuíram e agruparam, diferentemente, o léxico das línguas vernáculas. Por exemplo, “leite” e “sangue” são masculino, em português, e feminino, em espanhol; “água” é feminino, em português, e masculino, em espanhol, duas línguas neolatinas, formadas na Península Ibérica.

⁸ Para muitos povos subalternizados pela diferença colonial, não existe a dicotomia ser/não ser nem a marcação gramatical binária de masculino e feminino. Por isso, para muitos povos, o gênero neutro e a dicotomia gramatical feminino e masculino não fazem sentido. Isso, dentre outros fatores, levou à perda do neutro, em algumas línguas, e acelerou a perda do neutro, em outras línguas. Há língua, diferentemente, em que a diferença entre masculino e feminino é marcada por outras formas. Para mais informações, recomendo a leitura de BORGES, Mônica Veloso. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/liames/article/view/1428/1418>> sobre as falas masculina e feminina na língua Karajá (Inyubè).

Assim, atualmente (e desde o início), na gramática (a *lei* da língua) da língua portuguesa, o feminino (-a) é derivado do masculino (-o), assim como a mulher foi derivada do homem. O masculino é a forma *não marcada*, o princípio, aquele que tudo gera, apesar de não gerar vida. O feminino é a *forma marcada*, porque a mulher é *derivada, gerada de*, apesar de ser a geradora de vida. Na regra de formação do plural, os resultados de masculino + masculino e de masculino + feminino são = masculino: “Pedro e João são *ambos pardos*” e “Pedro e Elizabete são *ambos pardos*”, porque o masculino tem supremacia. A norma declara o masculino como produto da soma entre masculino e feminino, mas não proíbe, em lugar algum, a explicitação da forma feminina: “Pedro e Elizabete são pardo e parda” não é uma construção proibida. O costume, pela obediência, de acatar qualquer regra ou imposição sem interpretar e refletir, criticamente, sobre suas razões, necessidades ou justiça é uma herança colonial/catequética, que ou temos medo de enfrentar ou defendemos pelo prestígio da norma imposta. Trata-se de obediência por *colonialidade linguística*.

Ainda que, na gênese (e no Gênese), a geração e a povoação do mundo considerem os corpos, os seres (sexo/sexualidade), na gramática e na ciência da linguagem, no *gênero*, não se pode confundir regra de uso da língua com o *sexo* do ser (CÂMARA JR., 1985), isto é, não se devem envolver os *corpos*. A cisão entre *corpo e razão, sujeito e objeto*, defendida pela Igreja, pela ciência teológica, pela universidade secular e ilustrada, é a base da eliminação do corpo da ciência e da cisão entre *sexo, gênero/ sexualidade* e linguagem.

Os movimentos sociais, dentre eles os movimentos em defesa dos direitos das mulheres, nas últimas décadas, têm impactado os usos da linguagem. É muito comum, em falas públicas, ouvir-se o cumprimento dirigido “a todas e a todos” ou, pelo menos, “a todas as pessoas presentes”. Esse tipo de democratização do uso da linguagem, com o objetivo de visibilizar as mulheres, embora mantenha a classificação binária de gênero, atingiu a escrita acadêmica, um espaço conservador de poder, e já se encontra aceito.

A expressão *binária explícita*, na escrita: eles/elas, cantoras e cantores etc., é importante, politicamente, porque visibiliza o feminino, mas epistemologicamente incomoda pouco, por manter o binarismo. O feminino e o masculino existem no mundo, são previstos na gramática e regulados pela norma. É um enfrentamento do uso e, por mais importante que seja, não mostra que no mundo existe mais que masculino e

feminino e que esse “mais” não é/não pode ser o *neutro* ou o *genérico*. Não cria a copresença, porque não tornam presentes, pela escrita, corpos ausentes.

Mais recente e mais polêmico (mais radical!) é o uso de símbolos, tais como o “@” e o “x”, para *desbinarizar* a expressão de gênero na escrita. Beatriz Preciado (2002), Larissa Pelúcio (2016) e Urzêda-Freitas (2018) empregam ‘x’ para expressar tanto a pluralidade de gênero/sexualidade quanto o apagamento da marcação gramatical de gênero. Tendo em vista a complexidade das questões de gênero e sexualidade e que, na Lógica, o ‘x’ representa a “incógnita”, essa é uma interpretação muito democrática.

O ‘@’ e o ‘x’ dão existência, pela escrita, a corpos que se quer inexistentes e, assim, põem em *copresença* a corpos presentes os corpos ausentes. Esses símbolos são alternativas às categorias gramaticais binárias e à hegemonia linguística normativa. Os opositores⁹ ao uso desses símbolos, opositores à existência dos corpos que eles representam, apelam para sua afonia. A contrapartida oral do enfrentamento da expressão binária de gênero, uma vez que os símbolos empregados – o “@” e o “x” – não têm sonoridade, é o emprego de “e”, por exemplo, “amigue”, no lugar de ‘amiga’ ou ‘amigo’, que pode ser usado na oralidade e na escrita.

O uso de “e” como expressão de gênero/sexualidade, por sua possibilidade de manifestação oral, é uma solução à afonia dos símbolos “@” e o “x” e, ao mesmo tempo, uma aliança com o patriarcado, por não ser “radical”, favorecendo a manutenção da colonialidade da linguagem. É uma solução ambivalente e, como tal, é inquietante. Trata-se de uma mudança sem transformação: “amigue” remete a formas, tais como “presidente”, discutida adiante; “amigues” = “amores”, “cantores”, “autores”; em suma, coincide com as expressões do masculino genérico, previsto na língua. Com esse uso, a estrutura patriarcal, subjacente à gramática e assegurada pela norma da língua, não é desestabilizada. Por isso que “é mais tranquilo”, porque não incomoda. Esta é apenas uma problematização da questão, não queremos, com isso, fazer parecer que um uso é melhor ou mais adequado que outro. As pessoas têm o direito de usar o que quiserem.

O uso de “@” e de “x”, na escrita, um espaço de poder, significa a inscrição gramatical de corpos existentes no mundo, mas não reconhecidos em sua corporeidade e em seu direito de estar no mundo e de ser falado e escrito pela gramática da língua que escreve esse mundo. Esses símbolos põem os corpos presentes e ausentes em

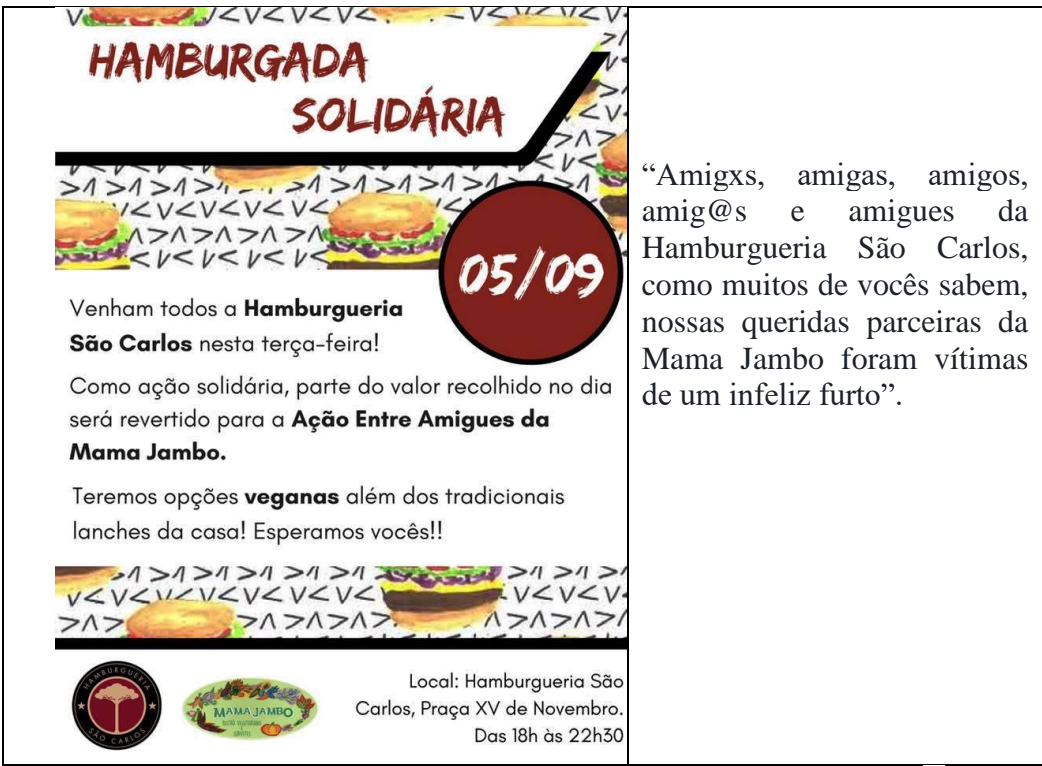
⁹ A expressão não binária de gênero, neste ponto da discussão, é consciente e proposital, e tem o propósito de situar esses interlocutores na trama patriarcal de enunciação da polêmica.

copresença e, por isso, eles têm sentido e valor *ontoepistemológico*. Esses símbolos, enfim, criam o dissenso, de suma importância para a abertura *ontoepistemológica* e, a partir daí, para a reestruturação da gramática, ao invés da manutenção do padrão.

Ao defender o direito do uso do “@” e do “x” como marcas gramaticais de gênero/sexualidade, na escrita, defendemos o direito de existência dos corpos e dos seres que esses símbolos representam e defendemos a democracia, o direito à existência e à copresença das diferenças ainda que, para isso, sejam produzidos conflitos.

3 Normas em desvios: desobediência linguística/tensões epistemológicas

Texto 1: Cartaz



**HAMBURGADA
SOLIDÁRIA**

05/09

Venham todos a **Hamburgueria São Carlos** nesta terça-feira!

Como ação solidária, parte do valor recolhido no dia será revertido para a **Ação Entre Amigas da Mama Jambo**.

Teremos opções **veganas** além dos tradicionais lanches da casa! Esperamos vocês!!

Local: Hamburgueria São Carlos, Praça XV de Novembro.
Das 18h às 22h30

“Amigxs, amigas, amigos, amig@s e amigas da Hamburgueria São Carlos, como muitos de vocês sabem, nossas queridas parceiras da Mama Jambo foram vítimas de um infeliz furto”.

Quadro 1 - Fonte: elaboração própria da autora e do autor a partir de dados da *internet*¹⁰

O Texto 1 é um *chamado* e dados o gênero, a multimodalidade e o suporte, ele reflete a *urgência do falar* (FANON, 2008; MIGNOLO, 2009). Por essas razões, a escolha desse texto para uma discussão acadêmica já é um ato de desobediência. A legenda traz como vocativos: “amigxs, amigas, amigos, amig@s e amigas”, mostrando que esses usos estão em circulação pública, ou seja, em práticas sociais. Além disso,

¹⁰ Material disponível em: <<https://www.facebook.com/hamburgueriasc/photos/>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

demonstra despreocupação com a gramática do gênero: nem obedece a *uma* regra (*a* correta) nem impõe *uma* só regra (*a* regra de enfrentamento).

Apesar do uso social de expressões plurais de gênero, em sessão no STF, do dia 10 de agosto de 2016, o ministro Lewandowski, então presidente da Casa, consultou a ministra Cármen Lúcia, recém-eleita para substituí-lo no cargo, sobre como ela preferiria ser chamada, em relação ao gênero, se presidente ou presidenta.¹¹ Tratava-se de direta alusão ao fato de a já afastada presidenta Dilma Rousseff, a primeira mulher a presidir o Brasil, fazer questão de ser chamada por “presidenta”, com o feminino marcado.

Texto 2: Notícia de jornal

Cármen Lúcia pede para ser chamada de 'presidente' em vez de 'presidenta'

Ministra sucederá Lewandowski na presidência do STF a partir de setembro. 'Sou amante da língua portuguesa', disse, rindo, na sessão desta quarta. A ministra Cármen Lúcia afirmou nesta quarta-feira (10), durante sessão do Supremo Tribunal Federal, que prefere ser chamada de “presidente” do STF em vez de “presidenta”, como fazia questão a presidente da República afastada Dilma Rousseff. Cármen Lúcia sucederá Ricardo Lewandowski na presidência do tribunal a partir de setembro. Em meio a um julgamento nesta quarta, Lewandowski passou a palavra à colega e perguntou: “Concedo a palavra à ministra Cármen Lúcia, nossa presidenta eleita... ou presidente?” “Eu fui estudante e eu sou amante da língua portuguesa. Acho que o cargo é de presidente, não é não?”, disse, rindo. “É bom esclarecer desde logo, não é?”, brincou Lewandowski.

De acordo com o professor Sérgio Nogueira, autor do blog Dicas de Português no G1, as duas formas – “presidente e “presidenta” – são corretas.

O termo presidenta foi inaugurado no vocabulário político brasileiro por Dilma, quando ela foi eleita para o primeiro mandato, em 2010. Na ocasião, ela passou a orientar funcionários e assessores para que a chamassem de presidenta. Ao fazer discursos, se referia a si mesma como “presidenta” e também ao mencionar presidentes mulheres de outros países ou instituições. Desde então, os veículos de comunicação oficiais do governo, como a TV NBR, também passaram a chamá-la de “presidenta”. Documentos oficiais também vinham com essa grafia, e os servidores do governo também se referiam a ela como “presidenta”. O termo, costumava dizer a petista, dava ênfase à condição feminina da ocupante do cargo.

Quadro 2 - Fonte: elaboração própria da autora e do autor com base em G1 Notícias¹²

A ministra Cármen Lúcia, a segunda mulher a presidir o STF, a primeira foi Ellen Gracie, em 2006, em sua cerimônia de posse, chamou a atenção ao dispensar a tradicional

¹¹ Vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=W6Tu7q38XWk>>. Último acesso em: 10 mar. 2018

¹² Material disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/08/carmen-lucia-pede-para-ser-chamada-de-presidente-em-vez-de-presidenta.html?utm_source=facebook&utm_medium=share-bar-desktop&utm_campaign=share-bar>. Acesso em: 10 mar. 2018.

festa, ao convidar Caetano Veloso para cantar o hino nacional e, em seu primeiro discurso como presidente do STF, ao quebrar o protocolo e cumprimentar o cidadão brasileiro, designando-o por “autoridade suprema de todos nós servidores públicos”, para, só depois, cumprimentar o presidente da República, Michel Temer, presente à cerimônia.

Esses atos de transgressão da Ministra não surpreenderam. Em 2007, Cármen Lúcia chamou a atenção por quebrar a rígida tradição dos trajes do STF e usar calças no plenário do tribunal. Nessa época, o Supremo era composto por 11 ministros, dos quais 2 duas eram mulheres e uma delas, Ellen Gracie, presidia a Casa. Essas duas mulheres ocuparam o lugar e reformaram o espaço que ocuparam. Apesar de tudo isso, do seu lugar de poder, a ministra Cármen Lúcia, quando o assunto foi a estrutura da língua portuguesa, ela, que zela pela lei, zelou pela norma, conservando-a. Houve uma proposta de negociação, houve a possibilidade de escolha, de exposição da preferência, pela palavra dada pelo homem à mulher, uma relação de poder, em um espaço de poder:

“Concedo a palavra à ministra Cármen Lúcia, nossa presidenta eleita... ou presidente?”

A mulher cedeu às regras. Por isso que é *colonialidade do poder* (QUIJANO, 2005) como uma *relação entre mundos* (RANCIÈRE, 1998), mais que *relação de poder*. O ministro deu a ela não somente a palavra, mas a oportunidade da escolha, o espaço para a tomada de decisão, de um lugar de poder ocupado, pela segunda vez, depois de dez anos, por uma mulher. Esse foi o momento da instauração da linguagem como ação política para a verificação e para a geração da democracia. Ela respondeu – a mulher que foi a primeira a usar calças no plenário do tribunal do STF e a segunda a presidir a Casa, a que viria a convidar Caetano Veloso para cantar o hino nacional, e a que cumprimentaria o cidadão antes do presidente da República – respondeu:

“Eu fui estudante e eu sou amante da língua portuguesa. Acho que o cargo é de presidente, não é não?” [disse, rindo].

Com os mundos em relação de dominação, o poder estava colonizado. A mulher não cedeu ao feminino, porque não desobedece à norma *falocêntrica*, nem mesmo estando em um espaço de poder e tendo o poder de decisão. O poder está colonizado.

Assim, a consulta que o Ministro Lewandowski faz à Ministra Cármen Lúcia, naquela situação enunciativa, pode ser entendida como um princípio verificador da

democracia pela linguagem. A resposta da Ministra, se tivesse sido outra, teria sido também geradora de democracia, mas, como não foi, só possibilita a verificação dos princípios democráticos e todas as razões apontadas por Pereda se aplicam a esse caso.

Em comentário explicativo no programa “Na Ponta da Língua”, da Rádio CBN, do dia 14 de novembro do mesmo 2016, o professor consultor da rádio, renomado professor de gramática da língua portuguesa, contestou o emprego de “bom dia a todos e a todas”, considerando-o um “erro gramatical”. Seu argumento de autoridade é a gramática do latim, a língua-mãe da língua portuguesa:

Texto 3: Textualização de áudio

[...]Não estou falando desse ‘todos’ pronome, que está ao lado de um substantivo, p. e., “todos os homens”, né, esse ‘todos’, concorda com ‘homens’; “todas as mulheres”, esse ‘todas’ concorda com ‘mulheres’, não! Eu tô falando do ‘todos’ que substitui o nome, p. e.: “homens e mulheres saíram”. Como é que eu poderia substituir ‘homens e mulheres’? Pelo pronome TO DOS! Todos. Ora, o que seria esse ‘todos’? Esse ‘todos’ seria um pronome substantivo indefinido. É bom lembrar que no latim ou do latim... As línguas neolatinas não pegaram o que nós chamamos de forma neutra, então, o masculino plural É essa forma neutra, o que significa dizer que quando eu digo “bom dia ou boa tarde ou boa noite a todos”, gramaticalmente, estaria falando a homens e eu estaria falando a mulheres, aos dois. O que ocorre, no geral, é que o chamado politicamente correto, advindo aí, principalmente, da década de 80 do século passado, até um certo ex-presidente inaugurou isso, né, “bom dia ou boa noite a brasileiros e brasileiras”, isso pegou, inclusive está até no chamado pronome indefinido e, hoje em dia, há essa história de “todos e todas”... Bem... É possível, é comum, mas gramaticalmente, nem pensar! O ideal seria “bom dia a todos” e esse ‘todos’ está ligado tanto a homens quanto a mulheres, mas em razão do politicamente correto está aí: “bom dia a todos e a todas”.

Quadro 3 - Fonte: elaboração da autora e do autor; transcrição de vídeo disponibilizado na internet¹³

A explicação dada merece alguns esclarecimentos: gênero neutro e masculino plural usado como (falso) genérico são categorias diferentes: “o masculino plural”, nesse caso, não corresponde à forma neutra do latim, uma vez que o exemplo dado se refere a “homens e mulheres”, isto é, a seres humanos (seres lógicos); o uso de “todos e todas” não é um mero cumprimento do protocolo “politicamente correto”, como o interlocutor quer fazer parecer, nem decorre de imitação “a um certo ex-presidente” (a referência é ao ex-presidente José Sarney). Trata-se de *ação política para geração da democracia*, porque visa a incluir e a visibilizar o feminino, encoberto pelo masculino,

¹³ Vídeo disponível em: <<http://www.cbngoiania.com.br/programas/cbn-goiania/na-ponta-da-lingua/na-ponta-da-lingua-1.619370/bom-dia-a-todos-e-a-todas-saiba-se-essa-frase-est%C3%A1-correta-1.1179620>>. Acesso em: 1o mar. 2018

falsamente declarado como genérico, não como neutro (masculino plural encobrindo a junção de masculino e feminino e pronome indefinido são diferentes e não se confundem com gênero neutro¹⁴).

O mais importante, entretanto, é a tensão que se instala entre “politicamente correto” e “gramaticalmente incorreto”, em que “politicamente correto” tem a tonalidade negativa, isto é, soa como “incorreto”. O locutor mobiliza discursos de autoridade, como a gramática latina e a norma culta do português, para combater o “politicamente correto”, que é a ação política *geradora* da democracia, que, como *verificadora* dos princípios democráticos, permite constatar a indisposição para a democracia sociolinguística do Consultor da Rádio. Assim, as quatro razões apontadas por Pereda para justificar a obediência às regras iníquas se aplicam ao caso.

Outra contestação, muito enfatizada, é em relação à expressão do feminino nos diplomas das universidades. Mesmo as pessoas “progressistas”, nesse caso, sentem-se incomodadas com a inscrição de “bacharela”, “mestra”, “doutora” nos diplomas. “Eu ser tratada por ‘mestra’ ou por ‘doutora’, acho que tudo bem, não é o problema, mas escrever em diploma ‘mestra’, ‘doutora’ e até ‘bacharela’ é demais” (Afirmção de uma professora de Sociolinguística). Ou seja, mexer na estrutura da sociedade é aceitável, mas na estrutura da língua, em espaços de poder (diploma universitário), incomoda. Houve, pela marcação do feminino, em um espaço de poder, a verificação da indisposição para a instauração da democracia sociolinguística.

Texto 4: Capa do Jornal UFG online

¹⁴ A afirmação de que as línguas românicas não herdaram o gênero neutro deve ser repensada, devido aos resíduos, como nos pronomes indefinidos, por exemplo: ‘todo/todos’ (*mas.*), ‘toda/todas’ (*fem.*) e ‘tudo’ (*neut.*), nos demonstrativos: ‘esse/esses’ (*masc.*), ‘essa/essas’ (*fem.*) e ‘isso’ (*neut.*).

Mais Direta Básica arquivamento UFG

JORNAL UFG

ANO 31 Nº 25 ABRIL 2017

A lição d@s estudantes

O que a juventude tem proposto e enviado à universidade? Docentes e professores analisam esse sinal de movimento estudantil, que enfrenta momento de renovação e há algum tempo ansia por "novas formas de luta" p. 8 e 9

Entenda as diferenças entre rádio AM e FM e o futuro da Rádio Universitária p.4

Mesa redonda: especialistas discutem conflitos no campo p.6 e 7

Marcas de violência contra a mulher são permanentes, diz pesquisa p.8 e 9

Comentários mais relevantes ▾

Rezende e outras 164 pessoas curtiram isso.

31 compartilhamentos 6 comentários

Obrigado por assassinar a língua portuguesa usando o @! E por assassinar o bom senso, no geral, pela escolha da foto e matéria da capa em um jornal que reflete a imagem da universidade.

16 · 7 de agosto às 08:00

Ver respostas anteriores

Universidade Federal de Goiás Olá, ! A capa do jornal faz referência à reportagem "Ensinando a pensar", que traça um perfil do diverso movimento estudantil contemporâneo. O objetivo da matéria é estimular o debate acerca de ideias que circulam no espaço público. Convidamos à leitura!

10 · 7 de agosto às 11:24 · Editado

Ver mais respostas

Quadro 4 - Fonte: elaboração da autora e do autor a partir do Jornal da UFG - Online¹⁵

O Texto 4 é a capa da edição de agosto de 2017 do Jornal *Online* da UFG. A matéria de capa é de Patrícia da Veiga, e tem como título “Ensinando a pensar”. A redação da matéria se caracteriza pelo uso não sexista da linguagem: “A UFG é marcada pela atuação *das e dos* estudantes desde sua fundação. *Elas e eles* tiveram papel importante, por exemplo, na articulação que antecedeu a aprovação da Lei 3.843 C., que autorizou a criação da universidade” (*destaques nossos*). Além (e apesar) da capa, não há, nas matérias do jornal, usos do “@” ou de “x”.

O primeiro comentário, quando o Jornal foi divulgado no *Facebook*, é de um estudante jovem: “Obrigada por assassinar a língua portuguesa usando o @! E por assassinar o bom senso, no geral, pela escolha da foto e matéria da capa em um jornal que reflete a imagem da universidade”. Esse comentário representa muitas opiniões com o mesmo teor e entrelaça, pela semiótica (o @, a foto, a matéria > a imagem da universidade), que narra o mundo pela imagem do antagônico eleito, tornando visível o que deveria ficar invisível, a copresença do que está autorizado a estar presente e do que deveria ficar ausente, criando existência para o que deveria continuar inexistente.

¹⁵ Disponível em: <https://issuu.com/ufgascom/docs/jornal_ufg_89_para_revisao2>. Acesso em: 10 mar. 2018.

O Jornal, em sua réplica, convida o locutor à leitura da matéria. O locutor leu. Ele leu a semiótica do impossível pelo possível, a semiótica da presença pela ausência e se negou a aceitar a semiótica do impossível e da copresença, porque considera “falta de bom senso” trazer para a presença, em um espaço que deve zelar pela imagem da universidade, o não presentificável, o corpo não mostrável, representado pelo @, e pela foto do mascarado (inimigo da ordem e do *status quo*).

O comentário é ambivalente e essa ambivalência favorece nosso argumento: se um único uso (estampagem) do @ para expressar gênero/sexualidade de ‘estudantes’, na capa do Jornal, representa o “assassinato da língua portuguesa” (veja bem, é da língua, não é só da categoria ‘gênero’), em um país, onde “ninguém lê” (é o que se afirmam na mídia, o tempo todo), então, este é um *índice* muito potente, é um dos mais poderosos geradores e verificadores da democracia na linguagem. Invistamos nele!

O entrelaçamento entre o “assassinato da língua portuguesa, pelo uso do @”, e o “assassinato do bom senso”, pela visibilidade do estudante “mascarado” e do canário das manifestações – “assassinato”, um crime, cometido pela universidade, que põe em risco sua própria imagem –, traz à tona a semiótica das impossibilidades pela visibilidade legítima, num espaço de legitimação e poder, da ilegitimidade semiótica. É a *decolonialidade da linguagem pela semiótica decolonial*.

Finalizações

A opção decolonial é ontoepistêmica, inexoravelmente, e é uma construção. Não se dorme sob as forças de uma formação colonial e, por mágica, se acorda sob as forças da decolonialidade. Para a construção da decolonialidade é preciso coragem, estudo e desobediência.

Para pensar a desobediência linguística e a desobediência epistêmica (MIGNOLO, 2009), é fundamental perguntar quem pode falar, o que, para quem, onde, sob quais condições... Nesta discussão, considerando que a escrita é um espaço de poder, reservado a uma minoria, a pergunta é *quem pode escrever, o que, para quem, onde, sob quais condições...* e mais: *quem pode ter seu corpo inscrito nas categorias de gênero/sexualidade da língua? Os homens e as mulheres ou TOD@S? A dilatação da estrutura gramatical da língua e a inserção de uma categoria que cria dissenso para dar*

existência a um corpo-político é mais que uma reforma na língua, é, efetivamente, uma transformação sócio-político-linguística.

Em tempos de liberdade, em uma democracia, ainda em construção, temos de falar em e defender as desobediências (civis, políticas, epistêmicas, linguísticas), ainda que sejamos taxados/as de radicais, porque o Estado é de direito, mas é regulatório. Um Estado regulatório de direitos, com uma democracia imatura, caminha sobre suas tradições e convenções e estas, em geral, são injustas, porque representam a parcela privilegiada da sociedade. Por isso, temos de defender @s desobedientes; temos de insistir nas manchas e nas rachaduras ontoepistêmicas que aparecem como desobediência gramatical ou linguística; temos de, pelo menos, tentar entender as *epistemologias liminares* para respeitar e defender, principalmente, @s desobedientes.

As práticas sociolinguísticas concretas, cotidianas são formas de *ação política* – de participação política para a promoção e a potencialização da justiça social. Nos estudos sociolinguísticos, a linguagem é entendida e abordada, tanto como “verificação” quanto como “geração” dos princípios democráticos (MEJÍA, 2014).

O gênero é uma das ideologias modernas/coloniais de classificação e distribuição dos corpos na sociedade. Por isso, o gênero gramatical é um forte argumento de autoridade no apagamento do direito à existência e à vivência do gênero/sexualidade social e ao direito à escolha e à vivência da sexualidade.

A linguagem, por ser ideológica, é o termômetro mais sensível das mudanças sociais, afirma Mikhail Bakhtin, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2006). É o que mostra o embate entre ‘presidente’ e ‘presidenta’, desde 2010, quando a Presidência da República do Brasil foi ocupada, pela primeira vez, por uma mulher; e entre ‘todos’ e ‘todas’; das titulações acadêmicas: ‘bacharel’, ‘bacharela’, ‘mestre’, ‘mestra’, ‘doutor’, ‘doutora’. Esses embates são o reflexo, na língua, de uma transformação social contemporânea, irreversível. O emprego de ‘@’ e de ‘x’ para dar existência e instaurar a copresença, na escrita em português, dos corpos sufocados na ausência e na inexistência, representa o dissenso social e ontoepistêmico que rasura a estrutura da língua e faz insurgir, via escrita, pela manifestação de gênero/sexualidade, esses corpos no mundo e na língua(gem). Essa problematização mostra uma grande tensão entre os princípios democráticos, no que tange a gênero/sexualidade, sobretudo quando se trata da escrita, que é um espaço de poder, portanto, conservador.

A norma é a lei, e, em geral, as pessoas são transgressoras, mas não subversivas, porque ser radicais equivale a ser mal comportadas e elas têm limites, estão dispostas a aceitar mudanças, desde que as mudanças não abalem as estruturas do poder constituído ou do *status quo*, que elas almejam conquistar e não enfrentar para transformar. Assim, as pessoas admitem reformas (são transgressoras), mas não transformações (não são subversivas). Em resumo, as pessoas transgressoras não admitem que sejam abaladas: a *jurisprudência* (romano-cristão, moderno/colonial, imperial, patriarcal, escravocrata, *lato senso*), a *norma culta* da língua legítima (greco-latina, moderno/colonial, imperial, patriarcal, escravocrata) e a *estética literária canônica* (grega, moderno/colonial, imperial, patriarcal, escravocrata). As *normas de condutas* consideradas *civilizadas* ou *urbanas* são derivadas do conjunto dessas regras, subjetivadas e naturalizadas sob variados rótulos. Por isso, a *prudência*, a *cautela* e o *bom senso* propõem e aceitam reformas, desde que não levem a transformações. Mas, prossigamos, sem muita fadiga, porque o mundo, agora, parece que é plano.

Pelos exemplares de práticas linguísticas apresentadas e discutidas, fica patente o desejo de mudança, de reforma e de conquista do *status quo*. Por isso, não se deseja nem se aceita transformação. A língua e a sociedade podem sofrer alterações, desde que essas alterações sejam aparentes e não atinjam a estrutura. E aí, seguindo Mignolo, o tema da conversa muda, mas não seus termos, e o que temos, citando Ramadan (2011), é tolerância, isto é, a caridade intelectual de quem está com algum poder.

Pelo uso do @ foram verificados os princípios democráticos, no que diz respeito a gênero/sexualidade, e o que percebemos foi pouca disposição sociolinguística para aceitar a abertura da categoria gramatical de gênero. Com este artigo, entretanto, temos a oportunidade de, pela linguagem, gerar um pouco de democracia sociolinguística, no que diz respeito a gênero/sexualidade, pelo uso de @ na escrita acadêmica.

Dos exemplares discutidos, pode-se inferir que pessoas em posições de poder, com maior possibilidade de privilégio (relação custo e benefício mais evidente e acentuada), tendem a ser mais conservadoras e a defenderem mais as normas hegemônicas. As pessoas subversivas, que lutam por abalar a *jurisprudência*, a *norma culta* da língua legítima e a *estética literária canônica*; as que tentam, com o próprio corpo e, muitas vezes, às expensas da própria vida, desestabilizar as *normas de condutas* consideradas *civilizadas* ou *urbanas*, a *prudência*, a *cautela* e o *bom senso*, as

rotuladas de *exageradas, raivosas, histéricas, radicais*, são as subalternizadas, as que não têm nada a perder e muito a ganhar, as que estão situadas às margens subalternizadas dos centros de poder ou em zonas alternativas em que, na relação custo e benefício, têm mais a ganhar sendo subversivas do que sendo meramente transgressoras. Quem quer transformação, de fato, são as pessoas que não estão preocupadas em manter o *status quo* inabalado, porque almejam conquistá-lo; são as as pessoas que querem desestabilizar o *status quo* a qualquer preço, são as pessoas que já entenderam que não é possível fazer omelete sem quebrar os ovos: as “radicais”.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* *Atlas da violência no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea/FBSP, 2017.

HOYOS, Luis Eduardo. (Ed.). *Normatividade, violencia y democracia*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia/ Biblioteca Abierta, 2014.

MEJÍA, Andrea. Democracia y acción política. In: HOYOS, Luis Eduardo. (Ed.). *Normatividade, violencia y democracia*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia/ Biblioteca Abierta, 2014, pp. 29-46.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/projetos globais*. (Trad. Solange Ribeiro de Oliveira). Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte-MG: Ed. UFMG, 2003.

MIGNOLO, W. Epistemic Disobediense, independent thought and de-colonial freedom. *Theory, culture & society*. Vol. 26, N. 7-8, pp. 1-23, 2009.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. (Org.). Declaração Universal dos Direitos Linguísticos – novas perspectivas em política linguística. Campinas-SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil/Florianópolis-SC: Ipol, 2003.

PELÚCIO, Larissa. O cu (de)Preciado – estratégias *cucarachas* para não higienizar o *queer* no Brasil. *Printemps*. Vol. N. 9, pp. 123-136, 2016.

PEREDA, Carlos. Cómo se construye una democracia. In: HOYOS, Luis Eduardo. (Ed.). *Normatividad, violencia y democracia*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia/ Biblioteca Abierta, 2014, pp. 13-28.

PRECIADO, Beatriz, *Manifiesto contra-sexual*, Madrid, Opera Prima, 2002.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *Colonialidad del saber*. Eurocentrismo y Ciências Sociais. Perspectivas latino-americanas, Buenos Aires: Clacso/Unesco, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: Santos, B. de S., & Meneses, M. P. (Eds.). *Epistemologias do Sul*. (2nd ed., pp. 73-116). Coimbra-PT: Almedina, 2010.

RAMADAN, Tariq. *On superdiverty* (Reflexions 2). New York: Sternberg Press, 2011.

RANCIÈRE, Jacques. *Dis-agreement: politics and philosophy*. (Trad. Julie Rose). Minneapolis-London: University of Minnesota Press, 1998.

REZENDE, Tânia Ferreira. Políticas de apagamento linguístico. In: BARROS, D. M.; SILVA, K. A.; CASSEB-GALVÃO, V. C. O ensino em quatro atos: interculturalidade, tecnologia de informação, leitura e gramática. Campinas-SP: Pontes Editores, 2015.

UNESCO. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Último acesso em: 30 ago. 2017.

URZÊDA-FREITAS, Marco Túlio de. *Letramento **queer** na formação de professorxs de línguas: complicando e subvertendo identidades no fazer docente*. Goiânia-GO., Universidade Federal de Goiás (Tese de Doutorado), 2018, 278 p.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The modern world-system*. San Diego/New York: Academic Press, Tomo I, 1974.